

Autarquia Federal – Lei № 5.905/73

RELATÓRIO N.º 02/2023 – CONTROLADORIA GERAL

RELATÓRIO EMENTA: DO **CONTROLE** INTERNO. ANÁLISE DAS **DEMONSTRAÇÕES** CONTÁBEIS **COREN-AM** DO REFERENTES **PRIMEIRO** AO

TRIMESTRE DE 2023.

Em cumprimento ao disposto no § 1°, inciso VIII, do art. 11 da Resolução COFEN n.º 504/2016, e na Seção I do Capítulo IV do Regimento Interno do COFEN, aprovado pela Resolução COFEN n.º 421/2012, que discrimina os moldes do parecer da Controladoria Geral do Regional sobre os Demonstrativos Contábeis, procedemos à análise das demonstrações contábeis do COREN-AM referentes ao Primeiro Trimestre de 2023.

BALANÇO PATRIMONIAL

1. No 1º trimestre de 2023, o patrimônio total do COREN-AM alcançou o montante de R\$ 17.262.702,07, sendo composto da seguinte forma: I) 68,94% de Ativo Circulante; II) 28,98% de Ativo Não Circulante; III) 2,08% de Passivo Circulante; não havendo valores registrados no Passivo Não Circulante, o que resultou no Patrimônio Líquido de R\$ 16.544.447,23 equivalente a 95,84% do patrimônio total da Autarquia.

BALANÇO PATRIMONIAL					
ATIVO	16.903.574,65	%	PASSIVO	359.127,42	%
Ativo Circulante	11.900.422,74	68,94%	Passivo Circulante	359.127,42	2,08%
Ativo Não Circulante	5.003.151,91	28,98%	Passivo Não Circulante	00,00	0,00%
Patrimônio Líquido 16.544.447,23 95,84%					

2. O Ativo Circulante aumentou em aproximadamente 9,95% se comparado ao 1º trimestre de 2022, considerando o impacto na redução de Créditos a Receber (curto prazo) do Exercício e a forma de contabilização dos créditos a longo prazo, os quais integram o ativo não circulante, bem como a diferença de apresentação dos relatórios contábeis em relação ao novo sistema de controle orçamentário e contábil (Implanta), considerando que





Autarquia Federal – Lei № 5.905/73

houve **aumento de aproximadamente 6,37% das disponibilidades financeiras em caixa**, equivalente ao montante **de R\$ 339.909,07**, o que teve influência em razão do aumento do valores de anuidades e taxas, além da maior procura pelo Conselho para regularização de débitos e novas inscrições em detrimento da realização de Processos Seletivos de órgãos públicos de saúde do estado do Amazonas.

O aumento do ativo circulante se deu em razão da maior disponibilidade de caixa, se comparados os mesmos períodos de ambos os exercícios, aliado ao aumento da previsão de créditos a curto prazo em decorrência da atualização obrigatória das anuidades de 2023, operada em meados de 2022 em decorrência de exigência legal do Conselho Federal de Enfermagem – COFEN, por força da Resolução Cofen nº 711/2022.

ATIVO EM	1º trimestre/22	1º trimestre/23	Diferença	%
Ativo Circulante	10.823.168,36	11.900.422,74	1.077.254,38	9,95%
Créditos à Receber (curto prazo)	5.264.014,35	6.047.542,15	783.527,80	14,88%
Caixa e Equivalentes de caixa	5.335.299,07	5.675.208,14	339.909,07	6,37%

3. Em comparação aos trimestres analisados, o grupo Ativo Não Circulante sofreu um **impacto negativo de 64,03%**, e o grupo Créditos a Longo Prazo apresentou um **decréscimo de 68,89**%. A redução no grupo Créditos a Longo Prazo se deve, principalmente, em decorrência das alterações da forma de contabilização da Dívida Ativa e Inadimplência do exercício em análise e de exercícios anteriores, o que ocasionou, por reflexo, a redução do Ativo Não Circulante referente aos créditos da Dívida Ativa, ainda que tenha ocorrido o aumento do valor registrado como Ajuste de Perdas de Créditos a Longo Prazo em relação ao 1º Trimestre de 2022.

Aliado a isso, percebe-se que a redução expressiva se dá em virtude da melhor adequação ocorrida na recuperação de crédito do Regional, o que possibilitou a higienização da base da dados do Conselho de forma parcial, com a redução dos créditos realizáveis a longo prazo, o que também se deu em razão da estruturação do Departamento Financeiro, que agrega em seu conjunto o Setor da Dívida Ativa, que passou a ser gerido pela Gerente Financeira contratada em janeiro/2022 para gerenciar, entre outros, o referido setor. A alteração no valor registrado para os Bens Móveis se deu em razão das aquisições de novos equipamentos de informática, impressoras, cadeiras, mesas e outros móveis de uso permanente do Conselho, o que resultou no aumento de aproximadamente 9,23% desse grupo.





Autarquia Federal – Lei № 5.905/73

ATIVO EM	1° trimestre/22	1º trimestre/23	Diferença	%
Ativo Não Circulante	13.908.792,07	5.003.151,91	-8.905.640,16	-64,03
Créditos à Receber (longo prazo)	13.273.633,29	4.129.073,42	-9.144.559,87	-68,89
Bens Móveis	883.650,32	965.193,52	81.543,20	9,23
Bens Imóveis	960.650,00	960.650,00	00,00	0,0
Softwares	21.020,88	21.020,88	00,00	0,0

4. Em que pese a redução do Ativo Não Circulante e o aumento do Ativo Circulante, em comparação ao 1º trimestre do exercício anterior, o Patrimônio Líquido do Conselho apresentou um decréscimo de aproximadamente 32,47%, o que foi menor do que a variação do 1º Trimestre de 2022, que registrou 15,44%. A variação negativa ocorrida no patrimônio líquido do Conselho se deu em função da apropriação da dívida ativa do Conselho Regional e do ajuste de créditos a receber com anuidades do exercício corrente e de exercícios anteriores, após o início de higienização da base de dados do Regional, ocasionando a redução relevante do montante de créditos a longo prazo, mas com a redução, simultaneamente, dos créditos a curto prazo (reduzindo o ativo circulante e o não circulante, principalmente).

Patrimônio Líquido	1º trimestre/22	1º trimestre/23	Diferença	%
	24.501.085,85	16.544.447,23	-7.956.638,62	- 32,47%

5. No 1º Trimestre do exercício de 2023 foi apurado no Balanço Patrimonial o déficit de R\$ 3.967.274,19 em relação ao ativo e passivo financeiro, o que corresponde a uma diminuição de aproximadamente 275,99% em relação ao mesmo período do exercício de 2022, que a seu turno registrou o superávit de R\$ 1.055.150,11. Tal fato ocorreu em razão do aumento da proposta orçamentária aprovada para o exercício de 2023, o que consequentemente também aumentou a previsão de receitas e despesas para o exercício corrente, demonstrando, portanto, a referida diferença entre os trimestres.





Autarquia Federal – Lei № 5.905/73

Por oportuno, vale ressaltar que o passivo financeiro registrado no Balanço Patrimonial – em respeito ao determinado pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Públicos (MCASP) – corresponde às dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária, de modo que o valor em caixa representa de forma positiva as disponibilidade para o trimestre, enquanto o passivo financeiro registra as dívidas fundadas além do trimestre em questão, o que justifica o déficit apurado.

CONTAS	1º trimestre/22	1º trimestre/23	Diferença	%
Ativo Financeiro	5.336.739,23	5.707.783,91	371.044,68	6,95
Passivo Financeiro	4.281.589,12	9.675.058,10	5.393.468,98	125,97
Superávit / Déficit	+1.055.150,11	-3.967.274,19	-2.912.124,08	-275,99

6. Analisando a liquidez deste Conselho Regional, a capacidade de pagamento da autarquia frente a suas obrigações, percebe-se que a entidade possui altíssimos índices de liquidez. Isso significa que o COREN-AM não tem dificuldades em honrar com seus compromissos de curto prazo (liquidez corrente e imediata) e compromissos de longo prazo (liquidez geral).

CÁLCULO E ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ					
ÍNDICE	ÍNDICE Valor Valor Desejado				
Corrente	33,13	Maior que 1			
Imediata	15,80	Maior que 1			
Geral	44,63	Maior que 1			

7. Analisando o endividamento total do COREN-AM e a porcentagem do ativo total financiado com recursos de terceiros, percebe-se que este Conselho possui índices muito baixos de endividamento, não havendo riscos de insolvência para a entidade. No cálculo deste índice, quanto maior o quociente, mais endividada está a entidade, e maior será o risco desta em não cumprir com suas obrigações.

Neste aspecto, o índice de endividamento total deste Conselho é de aproximadamente **2,12%** e o grau de endividamento geral, que é a dependência em relação ao capital de terceiros, é de aproximadamente **2,17%**, demonstrando a inexistência de riscos relevantes de inadimplência para o Regional.





Autarquia Federal – Lei № 5.905/73

ENDIVIDAMENTO TOTAL		GRAU DE ENDIVIDAMENTO		
Passivo Exigível	359.127,42	Passivo Exigível	359.127,42	
Ativo Total	16.903.574,65	Patrimônio Líquido	16.544.447,23	
Endividamento Total	2,12%	Endividamento Total	2,17%	

BALANÇO FINANCEIRO

8. O saldo financeiro apurado para o início do exercício de 2023 era de R\$ R\$ 4.301.665,77, e após o encerramento do 1º Trimestre de 2023, o saldo que passa para o trimestre seguinte é de **R\$ 5.675.208,14**, representando um resultado financeiro superavitário de R\$ 1.306.185,92, se comparados os mesmos trimestres dos exercícios de 2022 e 2023, **e um resultado financeiro superavitário de R\$ 1.373.542,37 em relação ao saldo inicial do exercício de 2023**. Os valores registrados em despesas extraorçamentárias se deram em razão de débitos referentes a Pagamentos de Restos a Pagar Processados e Não Processados, bem como de Depósitos restituíveis e valores vinculados.

BALANÇO FINANCEIRO				
RECEITA		DESPESA		
Orçamentária	4.884.785,08	Orçamentária	2.799.124,79	
Corrente	4.884.785,08	Corrente	2.799.124,79	
Capital		Capital		
Extraorçamentária	237.689,76	237.689,76 Extraorçamentária		
(I) Saldo para 2023	4.301.665,77	(II) Saldo do 1º Trim./2022	4 260 022 22	
(do exercício anterior)	4.301.003,77	(p/ exercício seguinte)	4.369.022,22	
(III) Saldo do 1º Trim./2023		5.675.208,14	ļ	
Resultado Financeiro do Trimestre (III-I)		+1.373.542,37		
Resultado Financeiro com	nparado (III-II)	+1.306.185,9	2	

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

9. Para o exercício de 2023 foi prevista a Receita Corrente no valor de R\$ 13.279.534,73, consistindo no patamar de 32,66% maior do que o inicialmente previsto para o exercício de 2022 (R\$ 10.010.467,02). Em relação à arrecadação realizada até o 1º Trimestre de 2023, houve uma **expansão de aproximadamente 11,80%**,





Autarquia Federal – Lei № 5.905/73

correspondente ao montante de R\$ 515.762,86, quando comparada ao mesmo período do exercício anterior.

Nesse sentido, o Coren-AM auferiu um aumento significativo da arrecadação no 1º trimestre de 2023, se comparado ao mesmo período de 2022, visto que muitos profissionais procuraram o Conselho para promover novas inscrições em virtude da recente graduação nos cursos da área da enfermagem, além da negociação de débitos de exercícios anteriores.

Por oportuno, embora tenha sido promovida a estruturação do Departamento Financeiro em 2022, com a reorganização do Setor de Negociação, não há dados suficientes que comprovem a relação entre o aumento da arrecadação do Conselho com a nova estruturação, considerando ainda que os esforços envidados pela novel Gerente Financeira tenham sido empregados na melhoria da Negociação e arrecadação direcionada diretamente no atendimento presencial dos profissionais inadimplentes.

		2022	2023	DIFERENÇA	%
DECEUTA	Previsto (Inicial)	10.010.467,02	13.279.534,73	3.269.067,71	32,66
RECEITA CORRENTE	Trimestre	1°/2022	1º/2023		%
	Arrecadado	4.369.022,22	4.884.785,08	515.762,86	11,80

10. **No 1º Trimestre de 2023** verificamos um equilíbrio entre a realização de receitas e a de despesas até março/2023, fato que consideramos favorável e capaz de provar o efetivo controle da Autarquia sobre suas despesas, considerando ainda que a arrecadação se mantém em patamares elevados.

No mesmo sentido, possuímos disponibilidade financeira e houve a devida previsão de realização das despesas registradas no balanço, de modo que medidas foram tomadas para controlar as despesas como, por exemplo, efetuar as liquidações controladas de pagamentos em atendimento às despesas habituais do Conselho, aliado ao controle de gastos e consumo do Regional com o acompanhamento da Controladoria Geral na análise dos Processos Econômico-Financeiros, bem como pelo ajuste dos contratos de valores mais elevados de acordo com as reais necessidades do COREN-AM.

RECEITAS	PREVISTO (Atualizado)	REALIZADO	SALDO
CORRENTES	13.279.534,73	4.884.785,08	-8.394.749,65
CAPITAL	1.976.206,00	00,00	-1.976.206,00





Autarquia Federal – Lei № 5.905/73

TOTAL	15.255.740,73	4.884.785,08	-10.370.955,65
DÉFICIT	00,00	00,00	00,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	00,00	00,00	00,00

DESPESAS	FIXADO (Atualizado)	EXECUTADO (Empenhado)	SALDO
CORRENTES	14.978.034,12	12.424.079,13	-2.553.954,99
CAPITAL	277.706,61	00,00	-277.706,61
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	00,00	00,00	00,00
SUPERÁVIT	00,00	00,00	00,00
TOTAL	15.255.740,73	12.424.079,13	-2.831.661,60

11. Da receita corrente prevista (inicial) para todo o exercício, **36,78% já foi arrecadado até o 1º Trimestre de 2023**. Ao seu turno, no mesmo período do exercício de 2022, a arrecadação se deu na proporção de 40,41%, ou seja, importando em uma variação de 3,63% a menor em relação ao 1º trimestre de 2022, conforme abaixo discriminado:

RECEITAS CORRENTES	PREVISÃO (Atualizada)	ARRECADAÇÃO (1º Trimestre)	%
2022	10.810.467,02	4.369.022,22	40,41
2023	13.279.534,73	4.884.785,08	36,78
DIFERENÇA		- 3,6	53%

12. Em relação à execução das despesas (fase empenhada), **foram empenhadas 82,95% das despesas correntes fixadas para 2023**, estando aproximadamente 12,34% acima do empenhado no 1º trimestre de 2022. No 1º Trimestre de 2023 não ocorreram as mesmas dificuldades para realização de certas despesas — como ocorreu no exercício de 2021 e se seguiu reduzindo em 2022 —, motivo pelo qual a autarquia mantém o equilíbrio entre a arrecadação e as despesas realizadas até o momento.





Autarquia Federal – Lei Nº 5.905/73

Outrossim, vislumbra-se que o Conselho vem promovendo ações aprimoradas para adequação orçamentária de suas despesas, mostrando grande esforço no controle e realização receitas e despesas conforme programado.

DESPESAS CORRENTES	PREVISÃO (atualizada)	EXECUÇÃO (4º Trimestre)	%
2022	9.929.416,25	7.011.282,83	70,61
2023	14.978.034,12	12.424.079,13	82,95
		%	12,34

13. Em relação a conformidade do repasse da cota-parte, o Regional fixa "Transferências Correntes" com base de cálculo conforme determinado pelo artigo 10 da Lei nº 5.905/73, repassando devidamente os recursos ao COFEN.

"Art. 10. A receita do Conselho Federal de Enfermagem será constituída de:

I – um quarto da taxa de expedição das carteiras profissionais;

lI – um quarto das multas aplicadas pelos Conselhos Regionais;

III – um quarto das anuidades recebidas pelos Conselhos Regionais;

IV – doações e legados;

V – subvenções oficiais;

VI – rendas eventuais. '

NATUREZA DA RECEITA	VALOR EM R\$
Receitas de Contribuições	3.925.842,36
Receitas de Serviços	415.977,33
Multas e Juros de Mora	231.086,25
Receita Dívida Ativa	183.098,93
TRANSFERÊNCIA ORÇADA (Dotação atualizada)	3.123.409,04
TRANSFERÊNCIA REALIZADA – liquidada (I)	1.189.026,57
BASE DE CÁLCULO EFETIVA (VALOR ARRECADADO)	4.756.004,87
TRANSFERÊNCIA DEVIDA – 1/4 (II)	1.189.001,22
DIFERENÇA APURADA (II – I)	+25,28





Autarquia Federal – Lei № 5.905/73

Considerando que o valor arrecado até o 1º Trimestre de 2023 – a ser utilizado como base de cálculo – consistiu em R\$ 4.756.004,87, foi identificada a diferença acumulada de **R\$ 25,28**, **repassada a maior pelo COREN-AM ao COFEN**. Contudo, trata-se de valor ínfimo, o qual poderá sofrer alterações em razão da evolução do exercício e da contabilização dos valores vindouros em detrimento da transferência devida ao COFEN no decorrer de 2023.

LIMITE DA DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS

- 14. Para o exercício de 2023 foi orçado o valor inicial de R\$ 2.666.542,13 para Despesas com Pessoal e Encargos Sociais, o que corresponde a 26,26% da Receita Corrente Líquida (atualizada), dentro do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e abaixo do limite prudencial definido pelo COFEN.
- 15. No tocante ao realizado (liquidado) até o 1º Trimestre de 2023, tem-se que a RCL do Regional consiste no valor de R\$ 10.156.125,69, enquanto as despesas com pessoal e encargos sociais/trabalhistas chegaram ao valor de R\$ 510.230,22 no 1º Trimestre de 2023, **correspondente a 5,02% da RCL**, estando, portanto, em conformidade com o exigido pela LRF.

PREVISÃO ATUALIZADA - EXERCÍCIO DE 2023			
Receita Corrente Líquida	10.156.125,69	100%	
Limite - LRF (50% s RCL)	5.078.062,85	50%	
Limite recomendado pelo COFEN (47,50%)	4.824.159,70	47,5%	
Pessoal e Encargos sociais	2.666.542,13	26,26%	

REALIZADO (liquidado) – EXERCÍCIO DE 2023			
Receita Corrente Líquida	10.156.125,69	100%	
Limite - LRF (50% s RCL)	5.078.062,85	50%	
Limite recomendado pelo COFEN (47,50%)	4.824.159,70	47,5%	
Pessoal e Encargos sociais	510.230,22	5,02%	

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS





Autarquia Federal – Lei № 5.905/73

16. Procedida à análise da DVP, constata-se que as Variações Patrimoniais Aumentativas totalizaram R\$ 23.775.742,22, sendo composta por aproximadamente 90,08% de Receitas de Contribuições reconhecidas pelo regime de competência entre outras, conforme tabela abaixo. Por sua vez, as Variações Patrimoniais Diminutivas consistiram no montante de R\$ 30.414.565,62 compostas conforme tabela, também, abaixo indicada.

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	7.537.868,67	%
CONTRIBUIÇÕES	6.991.844,04	92,76
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	415.977,33	5,52
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	123.298,83	1,64
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	6.748,47	0,09

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	3.624.659,82	%
PESSOAL E ENCARGOS	736.134,80	20
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.505.032,16	42
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	14.095,32	0,00001
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	1.189.026,57	33
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	180.370,97	2
RESULTADO PATRIMONIAL	+ 3.913.20	8,85

17. Dessa forma, a DVP apresenta um **resultado patrimonial superavitário de R\$ 3.913.208,85**.





Autarquia Federal – Lei № 5.905/73

CONCLUSÃO

- 18. Diante do exposto, constatamos que:
 - a) As disponibilidades financeiras do COREN-AM apresentaram um aumento de R\$ 339.909,07 no 1º Trimestre de 2023, equivalente a aproximadamente 6,37% a maior em comparação ao 1º Trimestre de 2022, registrando, ainda, a disponibilidade em caixa no valor de R\$ 5.675.208,14, apresentando resultado financeiro superavitário de R\$ 1.306.185,92, em relação ao saldo inicial do exercício de 2023
 - b) O Ativo Circulante aumentou em aproximadamente 9,95%, enquanto o Passivo Circulante aumentou em 155,55%, comparados ao mesmo período de 2022;
 - c) Conforme exposto nos Itens 6 e 7 do presente relatório, e demonstrado no Balanço Patrimonial (Item 1), compreende-se que este Conselho possui índices muito baixos de endividamento, não havendo riscos de insolvência para a entidade;
 - d) Da receita corrente prevista e atualizada no montante de 13.279.534,73, no período em análise, foi arrecado o valor de R\$ 4.884.785,08, correspondente a 36,78% do total previsto para o exercício de 2023;
 - e) Este Conselho Regional está respeitando os limites da despesa com pessoal e encargos estabelecidos pela LRF, comprometendo tão somente o percentual de 5,02% da Receita Corrente Líquida do Conselho, dentro do limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal e abaixo do limite prudencial definido pelo COFEN, até o 1º Trimestre/2023;
 - f) O resultado patrimonial apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais apresentou um **superávit de R\$ 3.913.208,85**;
 - g) O principal motivo para a ocorrência de déficit no Balanço Patrimonial se dá pela manutenção do alto volume de empenhos emitidos até o primeiro trimestre e da efetiva execução de despesas, o que não consiste em qualquer evidência negativa, mas tão somente demonstra que as despesas do Conselho evoluem de maneira regular e acompanhando a evolução das receitas, visto que nem todas as despesas empenhadas possuem garantia de liquidação posterior no decorrer do exercício;





Autarquia Federal – Lei № 5.905/73

- h) O Patrimônio Líquido do Conselho apresentou um decréscimo de -32,47% em relação ao mesmo período do exercício de 2022, em função da apropriação da dívida ativa do Conselho Regional e do ajuste de perdas de créditos a receber a curto e a longo prazo, englobando os créditos de anuidades de exercícios anteriores.
- i) É o Relatório do Controle Interno.

Manaus-AM, 24 de abril de 2023.

PEDRO PAULO SOUSA LIRA COUTO

Controlador-Geral Portaria Coren-AM n.º 11/2021

